



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
À DELEGAÇÃO OFICIAL
DA REPÚBLICA DE SÃO MARINHO**

*Palácio Pontifício de Castel Gandolfo
Quinta-feira, 18 de Setembro de 1980*

Senhores Capitães-Regentes

Com prazer dou as minhas cordiais boas-vindas e exprimo sentido reconhecimento pela cordial visita que me quiseram fazer, em representação da laboriosa, forte e leal população da República de São Marinho.

Procurou-me sincera satisfação ficar sabendo que os Senhores Capitães-Regentes desejam constituir-se intérpretes dos sentimentos de fé dos dilectos filhos de São Marinho, e do apreço pela obra do meu ministério pastoral, que, sustentado pela graça do Senhor, se propõe atingir todas as comunidades civis e todos os homens.

Nesta ocasião, portanto, apresenta-se aos meus olhos a imagem da inteira população da República torreada, que, honrando as próprias tradições de liberdade e paz, pretende continuar por um caminho generoso e construtivo, acrescentando assim novas méritos ao exercício secular de reconhecida hospitalidade e de fraterna solidariedade, e sobretudo à pureza da avita fé cristã.

Foi precisamente a fé o valor fundamental que marcou desde as origens a vida da República. O primitivo ermitério de Marinho, de facto, transformou-se — como é bem sabido — numa comunidade independente, e bem depressa sobre a aguda crista do Titã se ergueram uma capela em honra do Príncipe dos Apóstolos e um mosteiro, à volta do qual se multiplicaram as habitações, primeiro núcleo da futura cidade.

A fé cristã em Deus e em Jesus Cristo, Redentor do homem, é também fé na radical dignidade do

homem, e não pode portanto não despertar profundas aspirações e exigências urgentes de liberdade e justiça. Estas, na verdade, encontram autêntica origem e definitiva explicação na dignidade sagrada e inviolável do homem, que por sua vez, se apresenta como valor absoluto, somente por causa do desígnio de Deus sobre o homem mesmo.

Enfraquecer a fé, dificultar-lhe o exercício, criar discriminações a seu respeito, significaria minar a raiz interior, a alma da justiça e da liberdade. A Igreja, que sempre pôs em clara luz a especial responsabilidade da autoridade política em ordem ao bem comum, por isso continuamente se preocupou em defender os valores do espírito, que oferecem a base aos direitos inalienáveis da pessoa humana; sem o respeito destes valores, cai-se forçosamente em situações de opressão, de intimidação e de totalitarismo (cf. Carta Enc. *Redemptor Hominis*, 17).

Sob tal sinal de respeito dos valores morais decorreu pelos séculos a nobre história da República de São Marinho, e de tais ideais vieram a força das suas ordenações e a peculiaridade daquelas virtudes cívicas que a tornam respeitada e amada na comunidade dos povos.

Seja-me consentido sublinhar o significado da liberdade, de que a gloriosa República sempre levantou a significativa bandeira, mesmo a preço de muitos sacrifícios. Uma reflexão aprofundada sobre o tema da liberdade, como uma das condições fundamentais da paz, é particularmente oportuna no actual contexto histórico.

A verdadeira liberdade do homem é responsabilidade e é nele "sinal altíssimo da imagem divina" (*Gaudium et Spes*, 17). Quer dizer, a liberdade não pode reduzir-se nem a simples mote programático, nem a indiferença cega e muda perante escolhas opostas, diante de valores e não-valores, mas deve substanciar-se e exercitar-se à volta de conteúdos éticos, nos quais se realiza na sua plenitude a dignidade do homem.

Que melhor auspício me é dado então formular para a Comunidade de São Marinho, senão o de uma fiel e contínua adesão àquele património de ideais morais e religiosos que a inspiraram e animaram, no decurso dos séculos: liberdade, justiça e amor da paz? Tais ideais não sejam desconhecidos nem ofuscados mas consigam florescer e prosperar também entre as dificuldades tão agudas dos nossos dias, e alimentem na vida da República um constante progresso cívico, que me apraz desejar seja fruto de um aberto e sincero diálogo, de auscultação e colaboração das Autoridades civis com as eclesiásticas.

A minha oração, que prometo constante e ardente, quer pedir ao Senhor, por intercessão do Santo Fundador e Patrono da República, a plenitude dos dons celestes sobre as vossas distintas Pessoas, sobre os Colaboradores do Governo e sobre a inteira População de São Marinho, e é-me agradável acompanhar tal súplica com a minha afectuosa Bênção Apostólica.

© Copyright 1980 - Libreria Editrice Vaticana

©Copyright - Libreria Editrice Vaticana